



Banco Original

**Demonstrações Financeiras Preparadas de
Acordo com Práticas Contábeis Adotadas
no Brasil - Para fins específicos
Conglomerado Prudencial Original**

31 de Dezembro de 2014

ÍNDICE	Pág.
Relatório dos Auditores Independentes	1
Relatório da Administração	3
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Descrição das Principais Práticas de Combinação	10
Nota 4 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 5 . Caixa e Equivalentes de Caixa	14
Nota 6 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14
Nota 7 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	15
Nota 8 . Relações Interfinanceiras	19
Nota 9 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	20
Nota 10 . Outros Créditos	23
Nota 11 . Outros Valores e Bens	25
Nota 12 . Participações em Coligadas e Controladas	25
Nota 13 . Imobilizado de Uso	26
Nota 14 . Intangível	26
Nota 15 . Diferido	26
Nota 16 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	26
Nota 17 . Obrigações por Empréstimos	28
Nota 18 . Outras Obrigações	28
Nota 19 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	29
Nota 20 . Patrimônio Líquido	29
Nota 21 . Limites Operacionais	30
Nota 22 . Partes Relacionadas	31
Nota 23 . Receitas de Prestação de Serviços	32
Nota 24 . Despesas de Pessoal	33
Nota 25 . Outras Despesas Administrativas	33
Nota 26 . Despesas Tributárias	33
Nota 27 . Outras Receitas Operacionais	33
Nota 28 . Outras Despesas Operacionais	34
Nota 29 . Resultado não Operacional	34
Nota 30 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	34
Nota 31 . Estrutura de Gerenciamento de Risco	34
Nota 32 . Outras Informações	35

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial de propósito específico

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras combinadas de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações financeiras Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Banco Original S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras combinadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial.

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulgamos:

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras combinadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco elaborou demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de fevereiro de 2015.

São Paulo, 27 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Em 2013 o Conglomerado passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Conglomerado encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Neste sentido, iniciamos atividades no segmento Corporate no início de 2013, o qual contou com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivamente a este segmento. Este esforço apresentou resultados positivos em termos do volume da Carteira de Crédito e da qualidade das empresas convertidas em clientes.

Em 2014, continuamos expandindo as atividades neste segmento através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Conglomerado neste importante nicho do mercado brasileiro.

● **Projeto Banco Digital**

Pesquisas demonstram que há oportunidade para um banco diferenciado para um público de alta renda, empresas corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado, que são carentes de serviços personalizados e qualidade diferenciada de atendimento.

A partir desses princípios, iniciamos, em 2013, e aceleramos, em 2014, pesados investimentos na contratação e treinamento de profissionais, bem como na compra e desenvolvimento de softwares, para construção de um banco digital completo, que utilizará o que há de mais atual na tecnologia global. O lançamento está previsto para 2015.

● **Desempenho nos Negócios**

1. Resultados

Na análise comparativa do exercício de 2014 com o mesmo período de 2013, destacamos:

O crescimento de 123% da carteira de operações de crédito, que está representado pela expansão do segmento corporate e agro e a aplicação da política de maior seletividade nas concessões de crédito, incorporando ao nosso portfólio um mix de clientes e produtos, que, por serem de menor risco, geram menor margem financeira, e resultam em menores despesas com provisão de crédito.

Ainda com relação ao desempenho do novo direcionamento de negócio, apesar de expressivo crescimento da carteira de crédito, nossa despesa com provisão de crédito teve redução de 34%, em função da melhora da qualidade do portfólio, evidenciada no índice de carteira vencida a mais de 60 dias, que reduziu de 10,6% para 4,1%. Mesmo com a queda no montante de despesa da provisão de crédito nosso índice de cobertura, apurado pela relação entre o saldo de provisão e os créditos vencidos acima de 60 dias aumentou de 90% para 150%.

Embora a Receita de Operações de Crédito tenha crescido e a despesa com provisão tenha reduzido, o Resultado Bruto da Intermediação Financeira se manteve compensando a queda no resultado em operações em renda variável onde destacamos o evento extraordinário de reclassificação das ações da JBS S.A de disponível para venda para negociação no final de 2013 com impacto positivo do resultado daquele exercício.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 4.620.843 mil (2013, R\$ 3.052.784) e, são representados por: R\$ 247.868 (2013, R\$ 685.136) Aplicações Interfinanceiras, R\$ 1.384.344 (2013, R\$ 902.141) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos e R\$ 2.455.908 (2013, R\$ 1.064.680) de Carteira de Crédito, líquida da provisão para devedores duvidosos.

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$ 2.523.709 mil (2013, R\$ 1.133.679), o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 67.801 mil (2013, R\$ 68.999), correspondente a 2,7% da carteira total (2013, 6%), em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

A carteira de crédito expandida incluindo avais e fianças ao término no exercício atingiu o montante de R\$ 2.713.525 (2013, R\$ 1.201.999) com um saldo de provisão para liquidação duvidosa de R\$ 69.027.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do período R\$ 3.006.758 mil e em 2013 R\$ 2.318.327 mil.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 2.083.151 mil (Capital Social R\$ 2.207.466 mil, Ajustes de Avaliação Patrimonial (R\$ 8.179 mil), Reservas de Lucro R\$ 1.736 e Prejuízos Acumulados (R\$ 117.872 mil), comparados a R\$ 2.036.844 mil (Capital Social R\$ 2.181.972 mil, Ajustes de Avaliação Patrimonial R\$ 504 mil, Reserva de Lucros R\$ 2.302 e Prejuízos Acumulados (R\$ 147.934 mil), apresenta evolução de 2,3%, este aumento é decorrente, principalmente, do lucro incorrido no exercício.

● **Expansão dos Negócios**

Em 2014 o Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou as seguintes expansões para o Banco Original S.A:

Operar com a carteira de investimentos e/ou desenvolvimento;

Abertura de agência no exterior;

Aquisição de investimento na Original Corporate Corretora de Seguros Ltda

Aquisição de investimento na Original Asset Management Ltda

● **Agência de Rating**

As agências internacionais de rating, atribuem notas qualificando a situação financeira do Conglomerado. A tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto Prazo	Longo Prazo
	Escala Nacional	
Moody's ¹	BR - 2	Baa1.br
Standard & Poor's ²	brA-3	brBBB
Fitch Rating ³	F2	BBB+

(1) Atualizado em outubro de 2014.

(2) Atualizado em junho de 2014.

(3) Atualizado em janeiro de 2015.

• **Governança Corporativa**

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo Bacen relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Conglomerado possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Conglomerado conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

Durante 2013, foram atualizados, estruturados e definidos os papéis e responsabilidades individuais dos Comitês que definem a Governança do Conglomerado entendidos como fundamentais para o desempenho dos negócios, com o objetivo de estabelecer o processo de decisão institucional e agregar valor ao negócio.

O Conglomerado revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor promovida pelo Bacen.

2. Comitê de auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014 o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados e independentes, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

• **Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2014, foram abertas 92 demandas (2013 - 231), todas relativas a Consignados e informadas à Alta Administração do Conglomerado, que também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

• **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 25 de Março de 2015.

Diretoria

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2014	2013
Ativo Circulante		3.515.021	2.469.780
Disponibilidades	5	28.950	23.753
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	243.559	676.665
Aplicações no Mercado Aberto		205.649	626.507
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		37.910	50.158
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	1.201.529	790.779
Carteira Própria		1.109.217	645.247
Vinculados a Compromissos de Recompra		21.288	79.629
Vinculados à Prestação de Garantias		24.765	61.068
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b	46.259	4.835
Relações Interfinanceiras	8	778	1.594
Créditos Vinculados:		606	387
Depósitos no Banco Central		606	387
Correspondentes		172	1.207
Relações Interdependências		558	-
Transferências Internas de Recursos		558	-
Operações de Crédito	9	1.834.168	794.335
Setor Privado		1.883.282	823.849
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(49.114)	(29.514)
Outros Créditos	10	196.613	179.166
Carteira de Câmbio		98.397	-
Rendas a Receber		652	196
Negociação e Intermediação de Valores		12.332	1.642
Créditos Tributários	10.b	45.328	41.693
Diversos	10.d	44.180	135.635
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(4.276)	-
Outros Valores e Bens	11	8.866	3.488
Despesas Antecipadas	11	8.866	3.488
Ativo Realizável a Longo Prazo		911.357	552.859
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	4.309	8.471
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.309	8.471
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	182.815	111.362
Carteira Própria		32.487	102.030
Vinculados à Prestação de Garantias		149.994	9.298
Instrumentos Financeiros Derivativos		334	34
Operações de Crédito	9	169.777	270.345
Setor Privado		184.188	309.830
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(14.411)	(39.485)
Outros Créditos	10	495.828	141.117
Créditos Tributários	10.b	130.377	141.117
Diversos	10.d	365.451	-
Outros Valores e Bens	11	58.628	21.564
Outros Valores e Bens		74.116	37.052
(Provisão para Desvalorização)		(15.488)	(15.488)
Permanente		194.465	30.145
Investimentos	12	2.760	783
Participações em Coligadas e Controladas:		2.295	179
No País	12	2.295	179
Outros Investimentos		465	604
Imobilizado de Uso	13	44.257	8.805
Outras Imobilizações de Uso		57.148	19.491
(Depreciações Acumuladas)		(12.891)	(10.686)
Ativos Intangíveis	14	147.448	20.080
Ativos Intangíveis		147.448	20.080
Diferido	15	-	477
Gastos de Organização e Expansão		-	8.382
(Amortizações Acumuladas)		-	(7.905)
Total do Ativo		4.620.843	3.052.784

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2014	2013
Passivo Circulante		2.130.165	682.712
Depósitos	16.a	409.108	209.749
Depósitos à Vista		33.097	18.863
Depósitos Interfinanceiros		35.433	36.642
Depósitos a Prazo		340.578	154.244
Captações no Mercado Aberto	16.b	17.805	78.829
Carteira Própria		17.805	78.829
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	791.071	217.991
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		791.071	217.991
Relações Interdependências	16.d	1.465	21.203
Recursos em Trânsito de Terceiros		921	21.203
Transferências Internas de Recursos		544	-
Obrigações por Empréstimo	17	563.010	-
Empréstimos no Exterior		563.010	-
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	16.e	59.232	22.407
Outras Instituições		59.232	22.407
Instrumentos Financeiros Derivativos		18.285	4.278
Instrumentos Financeiros Derivativos		18.285	4.278
Outras Obrigações	18	270.189	128.255
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		25	-
Carteira de Câmbio		804	77
Sociais e Estatutárias	19.c	11.020	13.782
Fiscais e Previdenciárias	18.a	48.162	30.183
Negociação e Intermediação de Valores		13.668	1.401
Diversas	18.b	196.510	82.812
Passivo Exigível a Longo Prazo		405.161	332.272
Depósitos	16.a	264.656	259.704
Depósitos a Prazo		264.656	259.704
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16.c	84.308	16.258
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		84.308	16.258
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	16.e	3.903	3.446
Outras Instituições		3.903	3.446
Outras Obrigações	18	52.294	52.864
Diversas	18.b	52.294	52.864
Resultados de Exercícios Futuros		2.367	956
Rendas Antecipadas		2.367	956
Patrimônio Líquido	20	2.083.150	2.036.844
Capital Social:		2.207.465	2.181.972
De Domiciliados no País	20.a	2.207.465	2.181.972
Reservas de Lucros		1.736	2.302
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.b	(8.179)	504
Prejuízos Acumulados		(117.872)	(147.934)
Total do Passivo		4.620.843	3.052.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Receitas da Intermediação Financeira		268.009	477.874	395.252
Operações de Crédito	9.g	261.513	354.242	252.193
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	92.320	142.511	175.881
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	(98.696)	(28.429)	(33.470)
Resultado de Operações com Câmbio		12.872	9.550	648
Despesas da Intermediação Financeira		(133.715)	(199.331)	(121.493)
Operações de Captação no Mercado	16.a.1	(72.461)	(115.285)	(80.328)
Operações de Empréstimos e Repasses		(56.997)	(57.335)	(759)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(4.257)	(26.711)	(40.406)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		134.294	278.543	273.759
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(75.630)	(160.449)	(146.264)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	23	10.863	17.006	3.421
Despesas de Pessoal	24	(47.019)	(90.769)	(82.931)
Outras Despesas Administrativas	25	(34.915)	(66.224)	(74.398)
Despesas Tributárias	26	(8.571)	(18.102)	(15.487)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	(456)	(635)	13.329
Outras Receitas Operacionais	27	9.436	8.683	13.939
Outras Despesas Operacionais	28	(4.968)	(10.408)	(4.137)
Resultado Operacional		58.664	118.094	127.495
Resultado não Operacional	29	1.209	354	434
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		59.873	118.448	127.929
Imposto de Renda e Contribuição Social	30	(4.716)	(25.026)	(24.421)
Provisão para Imposto de Renda		394	(10.948)	(1.196)
Provisão para Contribuição Social		354	(5.800)	(476)
Ativo Fiscal Diferido		(5.464)	(8.278)	(22.749)
Participações no Lucro		(6.128)	(20.233)	(36.578)
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		49.029	73.189	66.930
Juros Sobre Capital Próprio		(41.351)	(41.351)	(30.450)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		2.098.620	-	1.553	6.718	(183.205)	1.923.686
Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	20.c	-	-	-	-	12.100	12.100
Aumento de Capital em Andamento	20.a	-	12.559	-	-	(12.559)	-
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		70.793	-	-	-	-	70.793
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.b	-	-	-	(6.214)	-	(6.214)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	66.930	66.930
Destinações:							
Juros sobre o Capital Próprio	20.c	-	-	-	-	(30.450)	(30.450)
Constituição de Reserva Legal		-	-	749	-	(749)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.169.413	12.559	2.302	504	(147.932)	2.036.846
Mutações do Exercício		70.793	12.559	749	(6.214)	35.272	113.159
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.169.413	12.559	2.302	504	(147.932)	2.036.846
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		14.903	(12.559)	-	-	(2.344)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.b	-	-	-	(8.683)	-	(8.683)
Aumento de Capital em Andamento	20.a	-	23.149	-	-	-	23.149
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	73.189	73.189
Destinações:							
Constituição de Reserva Legal		-	-	123	-	(123)	-
Absorção Reserva Legal		-	-	(689)	-	689	-
Juros sobre o Capital Próprio	20.c	-	-	-	-	(41.351)	(41.351)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.184.316	23.149	1.736	(8.179)	(117.872)	2.083.150
Mutações do Exercício		14.903	10.590	(566)	(8.683)	30.060	46.304
Saldos em 30 de Junho de 2014		2.181.513	2.803	2.425	3	(126.239)	2.060.505
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.b	-	-	-	(8.182)	-	(8.182)
Aumento de Capital em Andamento	20.a	2.803	20.346	-	-	-	23.149
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	49.029	49.029
Destinações:							
Absorção Reserva Legal		-	-	(689)	-	689	-
Juros sobre o Capital Próprio	20.c	-	-	-	-	(41.351)	(41.351)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.184.316	23.149	1.736	(8.179)	(117.872)	2.083.150
Mutações do Semestre		2.803	20.346	(689)	(8.182)	8.367	22.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	2014	2013
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		49.029	73.189	66.930
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/Exercício:		(24.211)	22.578	61.850
Juros sobre capital próprio		(41.351)	(41.351)	(30.450)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	4.257	26.710	40.406
Resultado de Participações em Coligadas Controladas	12	457	635	(13.329)
Depreciações e Amortizações	25	1.152	2.205	3.742
Tributos Diferidos		5.464	8.279	22.749
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	28	(405)	5.781	2.154
Provisão de Participações no Lucro		6.128	20.232	36.578
Prejuízo na alienação de investimento		87	87	-
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/Exercício		24.818	95.767	128.780
Variações em Ativos e Passivos				
		(429.194)	(287.484)	(601.474)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(35.017)	234.143	(9.828)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(758.290)	(571.066)	(18.422)
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(2.733)	(19.481)	19.666
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		-	-	(149)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(556.177)	(950.376)	(277.487)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(426.370)	(390.926)	(65.529)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(1.948)	(42.441)	(1.611)
Aumento (Redução) em Depósitos		191.884	152.522	(245.913)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(13.195)	(61.024)	17.880
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		448.502	641.129	26.520
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		582.420	600.293	7.600
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		140.943	118.326	(54.883)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		787	1.417	682
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(404.376)	(191.717)	(472.694)
Atividades de Investimento				
Aquisição de Investimentos		(2.041)	(2.041)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(23.665)	(37.656)	(3.787)
Aplicações no Intangível		(94.807)	(127.368)	(20.080)
Alienação de Bens não de Uso		-	-	12.077
Caixa Líquido Recebido na Alienação/Redução de Investimentos		-	-	135.242
Aumento de Capital Subscrito em Controlada		(265)	(796)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(120.778)	(167.861)	123.452
Atividades de Financiamento				
Aumento de Capital		23.150	23.150	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(24.301)	(24.301)	(10.660)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(1.151)	(1.151)	(10.660)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(526.305)	(360.729)	(359.902)
Modificações na Posição Financeira:		(526.305)	(360.729)	(359.902)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	5	761.663	596.087	955.989
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5	235.358	235.358	596.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial, que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, financiamento e investimento e de crédito imobiliário; e do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo desde 28 de julho de 2008 autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de financiamento e de investimento, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras combinadas – conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações financeiras combinadas – conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das demonstrações financeiras combinadas – conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações financeiras combinadas – conglomerado prudencial compreendem as seguintes entidades:

Banco Original S.A.

Banco Original do Agronegócio S.A.

As demonstrações financeiras combinadas – conglomerado prudencial foram aprovadas em 25 de março de 2015.

3. Descrição das Principais Práticas de Consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas do consolidado prudencial foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Financeiro, instituído pela Circular nº 1.273/1987.

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado em 31 de dezembro de 2014 abrangem as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., sendo que ambos não possuem participação um no outro e são controlados pela J&F Participações Ltda (J&F).

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido, das entidades que compõem as Demonstrações Combinadas estão assim representados:

	Banco Original S.A		Banco Original do Agronegócio S.A.	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Total do Ativo	4.451.279	2.573.639	263.522	532.526
Total do Passivo	2.473.894	640.768	157.757	428.553
Total do Patrimônio Líquido	1.977.385	1.932.871	105.765	103.973
Total Lucros (prejuízos) Líquidos do período	69.061	47.499	4.129	19.431

Nos procedimentos de consolidação foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte desta consolidação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

Em 31 de dezembro de 2014, o Conglomerado apresentou lucro de R\$ 73.189 mil, contra um lucro de R\$ 66.930 mil apresentados em 2013.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação.

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Conglomerado opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

São contabilizadas ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Títulos Patrimoniais

Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal e são atualizados na data-base do balanço pelo seu valor patrimonial, com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado.

j.2) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.3) Imobilizado de Uso e Diferido

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: edificações - 25 anos, instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

O ativo diferido, composto por gastos com organização e expansão, é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação em vigor que estabelece um prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos para amortização total.

Conforme Resolução CMN nº 3.617/2008, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o ativo diferido está representado por despesas pré-operacionais e gastos com organização e expansão, os quais estão sendo amortizados no prazo de 5 anos. Os valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617/2008 foram mantidos neste grupo até a sua amortização total ou efetiva baixa.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

j.4) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por gastos de desenvolvimento do projeto Banco Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida econômica estimada, que não ultrapassará dez anos. A amortização do projeto não foi iniciada até dezembro de 2014. Temos a expectativa que a amortização iniciará a partir de 2016.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existiam indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL das instituições financeiras é de 15% e para as demais empresas é de 9% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS 0,65% e a Cofins 4,00% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Conglomerado possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 22.c.

s) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

t) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada um das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2014 e 2013, foram deliberados dividendos na forma de JCP; - a deliberação está demonstrada na Nota 20.d.

u) Informações Suplementares

Até o momento da elaboração das Demonstrações Financeiras referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, foram publicadas duas normas legais relacionadas à matéria tributária, que embora tenham início de vigência em 1º de janeiro de 2015, poderiam produzir algum evento subsequente nos resultados auferidos pelo Conglomerado Original, ora demonstrados, cujos procedimentos adotados pela Administração estão adiante descritos:

Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014

A Lei nº 12.973, fruto da conversão da MP 627/13, revogou o RTT - Regime Tributário de Transição, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, regime que eliminava os efeitos tributários dos ajustes contábeis efetuados em função das alterações introduzidas na Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, pela Lei nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2008.

Mencionada Lei concedeu às pessoas jurídicas a opção de antecipar seus efeitos da Lei para o ano - calendário de 2014, o que resultaria na adoção de todos os procedimentos tributários nela inseridos, a partir de 1º de Janeiro de 2014.

A Administração fez uma avaliação dos efeitos decorrentes da utilização da prerrogativa acima mencionada e concluiu que a antecipação de sua vigência não resultaria em nenhum benefício para a Instituição, razão pela qual decidiu seguir o fluxo normal da entrada em vigor da Lei, acatando as alterações na formação de bases de cálculo dos tributos federais por ela trazidas, a partir de 1º de janeiro de 2015.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Composição		
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	28.950	23.753
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	206.408	572.334
Total	<u>235.358</u>	<u>596.087</u>

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
				<u>Total</u>	<u>Total</u>
Aplicações no Mercado Aberto	205.649	-	-	205.649	626.507
Posição Bancada	205.649	-	-	205.649	626.507
Letras do Tesouro Nacional - LTN	205.649	-	-	205.649	327.213
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	298.693
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	601
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	759	37.151	4.309	42.219	58.629
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	35.161	4.309	39.470	54.046
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	90	176	-	266	425
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	609	1.613	-	2.222	3.726
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	60	201	-	261	432
Total	<u>206.408</u>	<u>37.151</u>	<u>4.309</u>	<u>247.868</u>	<u>685.136</u>
Circulante				243.559	676.665
Longo Prazo				4.309	8.471

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

			31/12/2014	31/12/2013
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	495.010
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.289	79	9.368	897
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	11.889
Títulos Privados				
Ações de Companhia Abertas	33.249	27.629	60.878	105.041
Total	42.538	27.708	70.246	612.837
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	79.629
Total	-	-	-	79.629
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	70.366
Total	-	-	-	70.366

a.1.2) Títulos Disponível para Venda

			31/12/2014	31/12/2013
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	418.645	(3.161)	415.484	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	169.340	(3.699)	165.641	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	80.999	(908)	80.091	101.522
Aplic. em TVM no Exterior	409.207	(2.248)	406.959	-
Títulos Privado				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.283	-	3.283	3.374
Ações de Companhia Abertas	-	-	-	29.543
Total	1.081.474	(10.016)	1.071.458	134.439
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	21.590	(302)	21.288	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-
Total	21.590	(302)	21.288	-
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	112.219	(1.627)	110.592	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	25.303	(553)	24.750	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	39.717	(300)	39.417	-
Total	177.239	(2.480)	174.759	-



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Classificação e Vencimento

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014	31/12/2013
					Total	Total
Títulos para Negociação						
<u>Carteira Própria</u>						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	495.010
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	9.368	-	-	9.368	897
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	-	-	11.889
Total Títulos Públicos	-	9.368	-	-	9.368	507.796
Título Privado						
Ações de Companhia Abertas	60.878	-	-	-	60.878	105.042
Total	60.878	-	-	-	60.878	105.042
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	79.629
Total	-	-	-	-	-	79.629
<u>Vinculados a prestação de garantias</u>						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	70.366
Total	-	-	-	-	70.246	70.366
Circulante					70.246	753.027
Longo Prazo					-	9.806
					31/12/2014	31/12/2013
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Títulos Disponível para Venda						
<u>Carteira Própria</u>						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	324.440	91.045	-	415.485	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	165.641	-	-	165.641	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	50.887	-	29.204	80.091	101.522
Aplicação em TVM no exterior	-	-	406.958	-	406.958	-
Total	-	540.968	498.003	29.204	1.068.175	101.522
Títulos Privado						
Ações de Companhia Abertas (1)	-	-	-	-	-	29.543
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI (2)	-	-	-	3.283	3.283	3.374
Total	-	540.968	498.003	32.487	1.071.458	134.439
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	21.288	-	21.288	-
Total	-	-	21.288	-	21.288	-
<u>Vinculados a prestação de garantias</u>						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	110.591	110.591	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	24.751	24.751	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	22.097	2.668	14.652	39.417	-
Total	-	22.097	2.668	149.994	174.759	-
Circulante					1.085.024	32.917
Longo Prazo					182.481	101.522

(1) Em dezembro de 2013, foi realizada a reclassificação das ações da JBS S.A. (JBS) (JBSS3) de Disponível para Venda para Negociação, com observância a Circular nº 3.068 do Bacen gerando impacto no resultado de R\$ 22.407.

(2) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados e as cotas de fundos de investimento na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Os títulos no exterior encontram-se custodiados no Credit Suisse Brazil (Bahamas) Ltd, Nassau, Bahamas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	33.679	82.602	67.880
Rendas de Títulos de Renda Fixa	32.417	45.094	34.955
Rendas de Títulos de Renda Variável	19.617	8.208	72.881
Resultado Títulos no Exterior	6.607	6.607	-
Outros	-	-	165
Total	92.320	142.511	175.881

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender às necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, tais como taxa prefixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Conglomerado não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 30.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não-negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "Var" Paramétrico (*Value at Risk*), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira Trading - dez/2014		Value at Risk		
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	dez/13
Prefixado	Taxa de Juros prefixada	6.564	164	6
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	2	1	2
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	474	848	63
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	2	-	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	14.452	14.210	23.292
Exposição com Correlação		21.817	15.030	23.358

Carteira Banking - dez/2014		Teste de Estresse		
Risco		Média	Fechamento	dez/13
Risco de Taxa de Juros		29.233	18.160	32.685

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e
- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
<u>NDF</u>						
Posição Ativa	15.655	14.093	1.272.521	4.708	4.691	289.231
Commodities	-	-	-	23	22	4.496
Prefixado	14.119	12.489	305.534	-	-	-
Dólar	1.427	1.495	958.599	4.685	4.669	284.735
Real	109	109	8.388	-	-	-
Passivo	(13.771)	(8.316)	(1.272.521)	(2.022)	(4.078)	(289.231)
Commodities	-	-	-	(40)	(39)	(4.496)
Prefixado	(173)	(531)	(305.534)	-	-	-
Dólar	(13.566)	(7.753)	(958.599)	(1.982)	(4.039)	(284.735)
Real	(32)	(32)	(8.388)	-	-	-
Diferencial Líquido	1.884	5.777	-	2.686	613	-
<u>Swap</u>						
Posição Ativa	47.072	31.921	597.314	173	178	10.340
Prefixado	46.605	31.410	431.231	-	-	-
Dólar	113	158	158.997	-	-	-
CDI	354	353	7.086	11	-	5.130
IPCA ⁽¹⁾	-	-	-	162	178	5.210
Passivo	(11.051)	(9.969)	(597.314)	(17)	(190)	(10.340)
Prefixado	-	-	(431.231)	-	-	-
Dólar	(11.051)	(9.969)	(158.997)	-	-	-
CDI	-	-	(7.086)	(17)	(190)	(5.130)
IPCA	-	-	-	-	-	(5.210)
Diferencial Líquido	36.021	21.952	-	155	(12)	-
<u>Opções</u>						
Posição Ativa	762	579	(12.500)	(6)	(10)	886
BGI	-	-	-	(6)	(10)	886
Dólar	762	579	(12.500)	-	-	-
Diferencial Líquido	762	579	(12.500)	(6)	(10)	886

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	31/12/2014		31/12/2013	
			Total dos Contratos	Valor Referencial	Valor de mercado	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	1.884	3.893	5.777	1.272.521	(2.073)	289.231
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	36.020	(14.068)	21.952	597.314	(167)	10.340
Operações de Opções a Receber/(Pagar)	762	(183)	579	12.500	(4)	886
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	2.563.370	-	1.176.952
Total	38.666	(10.358)	28.308	4.445.705	(2.244)	1.477.409

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	31/12/2014			31/12/2013	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(1.465)	6.940	302	5.777	613
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(4.165)	26.085	32	21.952	(12)
Operações de Opções a Receber/(Pagar)	-	579	-	579	(10)
Total	(5.630)	33.604	334	28.308	591

	31/12/2014					31/12/2013	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total		
Futuros Referencial							
Commodities	-	-	-	-	-	-	868
DDI	241.714	370.540	-	612.254	72.244	-	72.244
DI	326.000	378.500	680.000	1.384.500	676.003	-	676.003
Dólar	560.590	-	-	560.590	427.838	-	427.838
BGI	5.166	-	-	5.166	-	-	-
Euro	806	-	-	806	-	-	-
Total	1.134.276	749.040	680.000	2.563.316	1.176.953		

Os ajustes líquidos (a pagar) ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, milho, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$1.336 passivos (2013 - R\$ 241), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 174.759 (2013 - R\$70.366) este representado por LTN. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&FBovespa.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre			01/01 a 31/12/2014		01/01 a 31/12/2013	
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado	Resultado
NDF	36.512	(138.195)	(101.683)	48.046	(151.862)	(103.816)	2.861
"Swap"	70.873	(39.688)	31.185	77.259	(39.875)	37.384	2.668
Opções	773	(21)	752	784	(330)	454	(173)
DI	8.608	(86.980)	(78.372)	49.193	(88.282)	(39.089)	2.606
DDI	60.285	(13.221)	47.064	70.060	(14.043)	56.017	(4.896)
BGI	220	(108)	112	605	(283)	322	3.130
Moedas	11.807	(9.561)	2.246	37.866	(16.684)	21.182	(35.148)
Índice	-	-	-	-	-	-	(461)
Milho	-	-	-	-	-	-	(782)
Dólar	-	-	-	-	(599)	(599)	(3.275)
S&P	-	-	-	-	(284)	(284)	-
Total	189.078	(287.774)	(98.696)	283.813	(312.242)	(28.429)	(33.470)

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" no montante de R\$ 778 (2013 - R\$1.594) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa
a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e Títulos Descontados	1.050.932	804.566
Adiantamentos a Depositantes	9	-
Empréstimos	1.050.923	804.566
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	385.824	348.615
Capital de Giro	562.589	345.800
Conta Corrente Garantida	77.699	47.098
Empréstimo Consignado	24.421	61.280
Cheque Especial	-	41
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	389	1.021
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	711
Empréstimo rotativo	1	-
Títulos Descontados	91	-
Financiamentos	742.624	300.778
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI ⁽²⁾	3.200	5.323
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽³⁾	739.424	295.455
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	63.006	20.454
Financiamentos Imobiliários	107.955	7.881
Operações de crédito vinculadas a cessão (Nota 9.f)	102.862	-
Adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 10.a)	88.996	-
Outros Créditos (Nota 10.d)	367.243	-
Sub-Total	2.523.709	1.133.679
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(63.525)	(68.999)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9. e.1)	(4.276)	-
Total	2.455.908	1.064.680
Circulante	1.920.680	794.335
Longo Prazo	535.228	270.345

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia.

(3) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Parcelas a			31/12/2014	31/12/2013
	Parcelas a	Parcelas a	Parcelas a	Total	Total
	Vencidas a partir de 15 dias	Vencidas até 14 dias	Vencidas até 12 Meses e Acima de 360 dias		
Setor Privado					
Rural	20.418	852.830	274.422	1.147.670	61.385
Indústria	9.067	436.838	156.067	601.972	3.633
Comércio	-	-	-	-	611.611
Outros Serviços	3.699	651.214	119.149	774.062	92.986
Pessoas Físicas	1	4	-	5	364.051
Crédito Imobiliário	-	-	-	-	7.881
Crédito Consignado	-	-	-	-	61.280
Outros ⁽¹⁾	-	-	-	-	294.890
Habitação	-	-	-	-	13
Total	33.185	1.940.886	549.638	2.523.709	1.133.679

(1) Em 2013, refere-se basicamente a Produtor Rural tomador de empréstimo vinculados a CCB, CPR, Capital de Giro e Conta Corrente Garantida.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Concentração de Crédito

	31/12/2014		31/12/2013			
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	547.745	22%	5.228	8%	364.222	32%
50 Maiores Devedores Seguintes	897.731	36%	13.764	20%	489.900	43%
100 Maiores Devedores Seguintes	520.912	21%	25.144	37%	188.586	17%
Demais Devedores Seguintes	557.321	22%	23.665	35%	90.971	8%
Total	2.523.709	100%	67.801	100%	1.133.679	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2013. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	31/12/2014			
	Carteira de Créditos			Provisão
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total
AA	-	62.486	1.421	63.907
A	0,5%	944.275	59.679	1.003.954
B	1%	1.077.430	8.780	1.086.210
C	3%	257.516	10.650	268.166
D	10%	25.143	15.477	40.620
E	30%	25	14.173	14.198
F	50%	5.359	7.146	12.505
G	70%	731	15.431	16.162
H	100%	5.402	12.585	17.987
Total		2.378.367	145.342	2.523.709

Nível de Risco	31/12/2013			
	Carteira de Créditos			Provisão
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total
AA	-	-	-	-
A	0,5%	289.188	-	289.188
B	1%	449.025	4.940	453.965
C	3%	264.159	6.031	270.190
D	10%	30.953	6.802	37.755
E	30%	3.962	28.756	32.718
F	50%	8.945	4.973	13.918
G	70%	4.366	928	5.294
H	100%	2.410	28.241	30.651
Total		1.053.008	80.671	1.133.679

(1) Curso normal refere-se a contratos vincendos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vincendos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	68.999	62.499
Constituições Líquida de Reversão	22.525	55.527
Baixa para Prejuízo	(27.999)	(49.027)
Saldo Final	63.525	68.999
Circulante	(49.114)	(29.514)
Longo Prazo	(14.411)	(39.485)
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	16.741	82.111

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Outros Créditos

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	-	15.128
Constituições Líquida de Reversão	4.276	(15.128)
Saldo Final (Nota 9.a)	4.276	-

No exercício de 2014 os créditos renegociados são de R\$ 33.547 (2013 - R\$64.684) e a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos é de R\$ 5.478, relativos às operações vencidas e repactuadas. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 31.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e.2) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Cessão de Créditos

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo Inicial	101	94
Constituições Líquida de Reversão	(90)	7
Saldo Final ⁽¹⁾	11	101
Circulante	11	101

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação e, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas" (Nota 18b).

f) Cessão de Crédito
f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1º de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

Com Transferência Substancial de Risco

No exercício de 2014, o Conglomerado transferiu o montante de R\$ 26.559, referente a carteira de crédito, com transferência substancial do risco e benefício (sem coobrigação).

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. O impacto no resultado está composto:

	31/12/2014	31/12/2013
Total da Carteira Cedida	26.559	151.999
Valor da Venda	28.967	140.191
Lucro (Prejuízo) com Cessão de Créditos (Nota 9.g)	2.408	(9.752)
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo (Nota 9.g)	-	29.297

Com Retenção Substancial de Risco

O Banco Original realizou operações de Venda ou Transferência de ativos financeiros em que ocorreu a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Dessa forma, tais créditos permanecem registrados como operações de crédito e um passivo é reconhecido.

O saldo transferido está assim representado em 31 de dezembro de 2014:

	31/12/2014	31/12/2013
Carteira cedida com coobrigação	102.903	-
Ganho a ser reconhecido pelo prazo do contrato	2.137	-
Total (Nota 18.b)	105.040	-

O saldo da carteira não baixada do ativo está representado da seguinte forma:

	31/12/2014	31/12/2013
Operações de Crédito Vinculadas à cessão	102.862	-
Total (Nota 9.a)	102.862	-

g) Resultado de Operações de Crédito

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	8	10	12
Rendas de Empréstimos	102.145	168.568	148.317
Rendas de Títulos Descontados	5.747	6.968	-
Rendas de Financiamentos	148.654	169.281	39.152
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 9.e)	8.009	16.741	82.111
Resultado com Cessão de Créditos sem coobrigação (Nota 9.f.1)	2.408	2.408	(9.752)
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	(2.480)	(3.120)	(1.944)
Perdas com créditos incobráveis	(3.597)	(7.233)	(5.703)
Rendas de Crédito por Avais e Fianças Honrados	619	619	-
Total	261.513	354.242	252.193

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Outros Créditos
a) Carteira de Câmbio

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(811)	(76)
Direitos sobre Venda de Câmbio	811	76
Câmbio Comprado a Liquidar	96.877	-
Rendas A Receber De Adiantamentos Concedidos ¹	1.520	-
Total	98.397	-
Circulante		
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	804	77
Obrigações por Compra de Câmbio	87.476	-
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ¹	(87.476)	-
Total	804	77
Circulante		

(1) Os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 1.520 e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 87.476 compõe o saldo de R\$ 88.996 divulgado na nota 9.a.

b) Créditos Tributários

	31/12/2014	31/12/2013
Créditos Fiscais Diferidos	182.810	194.704
Saldo Inicial		
Constituições	35.060	30.957
Reversões	(42.165)	(42.851)
Saldo Final	175.705	182.810
Débitos Fiscais Diferidos	17.774	9.894
Saldo Inicial		
Constituições	37.436	63.480
Reversões	(41.558)	(55.600)
Saldo Final	13.652	17.774

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo Fiscal	237.259	256.251
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	59.315	64.063
Base Negativa de Contribuição Social	241.227	257.372
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 15%	36.184	38.606
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	64.751	68.999
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	4.276	-
Provisão para Contingências Trabalhistas	23.600	22.348
Provisão para Contingências Cíveis	28.594	23.532
Provisão para Despesas Administrativas	28.176	29.040
Provisão PLR - Administradores	14.309	13.939
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	15.488	15.488
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	10.574	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(492)	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	89	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(4)	(76)
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	-	1.631
Perdas em Operações de Crédito	18.851	31.395
Outras Diferenças Temporárias	(253)	2.580
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	193.649	194.936
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	207.958	208.875
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	48.412	48.734
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	31.194	31.331
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	-	1.631
Ajustes Futuro - DI e DDI	89	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	12.823	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	12.911	1.631
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos	600	76
Total do Ativo Fiscal Diferido	175.705	182.810
Circulante	45.328	41.693
Longo Prazo	130.377	141.117

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2014	31/12/2013
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	18.295	34.310
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	25	881
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(851)	(1.636)
Ajustes Futuro - DI e DDI	13.487	6.346
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(627)	(295)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	30.329	39.605
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	7.582	9.901
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	4.549	5.941
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	18.295	34.310
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	25	881
Ajustes Futuro - DI e DDI	13.487	6.346
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	32.701	41.537
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos	1.521	1.931
Total do Passivo Fiscal Diferido (Nota 18.a)	13.652	17.774
Circulante	13.652	17.774

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2014			31/12/2013		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2014	-	-	-	41.693	17.774	23.919
2015	45.328	13.652	31.676	30.206	-	30.206
2016	18.855	-	18.855	19.238	-	19.238
2017	33.289	-	33.289	28.044	-	28.044
2018	65.242	-	65.242	46.489	-	46.489
2019	7.812	-	7.812	17.140	-	17.140
A partir de 2020	5.179	-	5.179	-	-	-
Total	175.705	13.652	162.053	182.810	17.774	165.036

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de Dezembro de 2014, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 137.255 (R\$ 135.356 em 2013).

d) Outros Créditos Diversos

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	21.000	9.776
Devedores por Depósitos em Garantia	9.886	8.731
Para Interposição de Recursos Fiscais ⁽²⁾	1.808	1.399
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	2.779	3.450
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	5.299	3.882
Pagamentos a Ressarcir	1	-
Adiantamentos Salariais/Outros	724	562
Valor a Receber de Alienação de Investimento (Nota 31.a)	-	70.940
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	835	40.982
Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito (Nota 9.a)	367.239	-
Títulos e Créditos a Receber sem característica de concessão de crédito (Nota 9.a)	4	-
Outros	9.942	4.644
Total	409.631	135.635
Circulante	44.180	135.635
Longo Prazo	365.451	-

(1) Em 30 de junho de 2013, este montante refere-se, principalmente, ao PIS e à Cofins a compensar, oriundos da incorporação da Ficrisa Axelrud S.A. ocorrida em 1º de março de 2003, a serem utilizados na compensação de outros tributos federais.

(2) O Conglomerado possui apenas uma ação ativa de natureza tributária para qual foi efetuado depósito judicial.

Na rubrica "Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito", está contabilizado o montante de R\$ 170.390, que refere-se a compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Outros Valores e Bens

	31/12/2014	31/12/2013
Bens não de Uso - Imóveis ⁽¹⁾	74.116	37.052
(Provisão para Desvalorização)	(15.488)	(15.488)
Despesas Antecipadas	8.866	3.488
Total	67.494	25.052
Circulante	8.866	3.488
Longo Prazo	58.628	21.564

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2014 o Conglomerado fez uma consolidação de imóveis no montante de R\$ 37.064 para quitação de dívidas. Destacamos que não houve impacto no resultado, pois, a reversão da PCLD para essa recuperação ocorreu no mesmo período de sua constituição.

12. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação
	Direta ou Indiretamente (Mil)		
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	
Controladas do Banco			
Original Negócios Agropecuários Ltda	Intermediação	149.985	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda ¹	Investimento	99.999	99,99%
Original Asset Management Ltda ²	Administração de Carteira/ Fundos	3.500.000	99,00%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda ²	Corretora de Seguros	1.000.000	99,90%

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/ (Prejuízo) 01/01 a 31/12/2014	Valor dos Investimentos			Resultado da Equivalência Patrimonial	
			31/12/2014	31/12/2013	2º semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Controladas do Conglomerado							
Original Negócios Agropecuários Ltda ¹	331	(69)	331	21	10	9	1
Original Investimentos Imobiliários Ltda ¹	100	-	100	100	-	-	-
Matone Promotora Ltda ⁴	-	-	-	-	-	-	13.700
Original Asset Management Ltda ²	860	(2.629)	852	-	-	(192)	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda ²	1.013	14	1.012	-	-	14	-
Coligadas do Conglomerado							
Brasil Agrosec Cia Securitizadora ³	-	-	-	58	(466)	(466)	(372)
Total	2.304	(2.684)	2.295	179	(456)	(635)	13.329

(1) Em fase pré operacional com capital a integralizar.

(2) Investimento adquirido em dezembro de 2014.

(3) Investimento alienado em dezembro de 2014.

(4) Investimento alienado em dezembro de 2013.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	31/12/2014	31/12/2013
			Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.879	(1.333)	3.546	3.270
Sistemas de Processamento de Dados	50.507	(10.410)	40.097	4.776
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.210	(651)	559	673
Outros	552	(497)	55	86
Total	57.148	(12.891)	44.257	8.805

14. Intangível

	Custo	31/12/2014	31/12/2013
		Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	103.845	103.845	17.669
Gastos com Consultoria Especializada	43.603	43.603	2.411
Total	147.448	147.448	20.080

O Banco está reconhecendo um intangível referente ao projeto digital que se encontra na fase de desenvolvimento, observando as regras estabelecidas nas normas vigentes. A expectativa que a amortização iniciará é a partir de ano de 2016.

15. Diferido

Em 31 de dezembro de 2014, não tínhamos saldo de Diferido (R\$ 477 em 2013).

16. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses
a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014	31/12/2013
					Total	Total
Depósitos à Vista	33.097	-	-	-	33.097	18.863
Depósitos Interfinanceiros	-	-	35.433	-	35.433	36.642
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	-	192.163	148.415	264.656	605.234	413.948
Total	33.097	192.163	183.848	264.656	673.764	469.453
Circulante					409.108	209.749
Longo Prazo					264.656	259.704

Em 31 de dezembro de 2014 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 273.178 (2013 - R\$ 369.808) e CDB no montante de R\$ 332.054 (2013- R\$ 44.139).

O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 95% e 116,5% do CDI e 131,6% do IPCA (31/12/2013 - 90% e 115,5% do CDI); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 11,33% a.a. e 14,06% a.a. (31/12/2013 - 7,83% a.a. e 10,50% a.a.). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 108% e 121% do CDI (31/12/2013 - 108% e 130% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2014	31/12/2013
Depósitos Interfinanceiros	(543)	(726)	(4.104)
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(28.610)	(53.035)	(52.796)
Captação no Mercado Aberto	(1.796)	(2.753)	(1.899)
Despesas de Letras Financeiras	(105)	(131)	-
Despesa de Letras Imobiliárias	(5.686)	(5.862)	-
LCA	(33.693)	(48.795)	-
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(2.028)	(3.983)	(21.529)
Total	(72.461)	(115.285)	(80.328)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014	31/12/2013
				Total	Total
Carteira Própria	17.805	-	-	17.805	78.829
Títulos Públicos - LTN	17.805	-	-	17.805	78.829
Total	17.805	-	-	17.805	78.829
Circulante				17.805	78.829

	3 Meses	12 Meses	12 Meses	31/12/2014	31/12/2013
				Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	319.195	341.416	82.749	743.360	234.249
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	3.172	127.060	-	130.232	-
Letras Financeiras - LF	-	228	1.559	1.787	-
Total	322.367	468.704	84.308	875.379	234.249
Circulante				791.071	217.991
Longo Prazo				84.308	16.258

O Conglomerado realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 50% e 104% do CDI (31/12/2013 - 50% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 8,38% a.a. e 12,56% (31/12/2013 - 7,05% a.a. e 12,11% a.a.). Para LCI com taxas praticadas para operações pós - fixadas no montante de 96% a 103% do CDI. Para as operações pós fixadas com taxas praticadas de 67,67% IGPM.

c) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional.

d) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2014	31/12/2013
				Total	Total
Funcafé - FAC	17.062	19.144	-	36.206	1.758
Funcafé - Custeio	-	-	-	-	8.717
Funcafé - Estocagem	2.013	8.984	955	11.952	4.003
Funcafé - Capital de Giro	6.191	5.838	2.948	14.977	11.375
Total	25.266	33.966	3.903	63.135	25.853
Circulante				59.232	22.407
Longo Prazo				3.903	3.446

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

17. Obrigações por empréstimos
a) Obrigações em moeda estrangeira

				31/12/2014	31/12/2013
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras	66.228	9.696	-	75.924	-
Obrigações para empréstimos no exterior	-	487.086	-	487.086	-
	66.228	496.782	-	563.010	-

O conglomerado realiza operações com taxas praticadas em operações com moedas estrangeira de 0,7% a.a à 2,15% a.a. As aplicações em TVM no exterior na sua totalidade foram dadas em garantia dessa operação.

18. Outras Obrigações
a) Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2014	31/12/2013
Impostos e Contribuições a Recolher	17.762	10.824
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	944	198
Impostos e Contribuições sobre Salários	6.061	4.069
Pis	344	205
Cofins	2.123	1.255
I.R.R.F. a recolher s/ Juros Capital Próprio	6.030	4.567
I.R.- s/ operações de renda fixa	20	86
I.R.- s/ operações de renda variável	1.801	-
IOF - Renda fixa	-	63
IOF - Capital de Giro	263	323
Outros	176	58
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	16.748	1.585
Provisão para Imposto de Renda	10.948	1.142
Provisão para Contribuição Social	5.800	443
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 10.b.2)	13.652	17.774
Total	48.162	30.183
Circulante	48.162	30.183

b) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 18.b.1.1)	23.600	22.348
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 18.b.2.1)	28.594	26.033
Provisão para Outros Créditos (Nota 9.e.1)	11	101
Provisão para Pagamentos a Efetuar	59.001	56.118
Despesas de Pessoal	14.057	48.345
Outras Despesas Administrativas	437	452
Outros Pagamentos	43.929	5.348
Consignados	578	1.973
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	13.974	11.080
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	2.255	1.198
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	4.595	14.741
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	-	150
Subscrições de Capital a Integralizar	100	100
Obrigações para Operações Vinculadas a Cessão (Nota 9.f)	105.040	-
Adtos, Comissões, Antecipações a Correspondentes	773	796
Provisão para Fianças	1.226	-
Credores Diversos - Exterior/País	9.522	2.699
Outros	113	312
Total	248.804	135.676
Circulante	196.510	82.812
Longo Prazo	52.294	52.864

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

19. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões
a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. No exercício de 2014 foi reconhecida uma receita no montante de R\$ 1.348 (Nota 29). Em 31 de dezembro de 2013, não existiam ativos contingentes.

b) Provisões e Passivos Contingentes
b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	22.348	3.606
Constituição Líquida de Reversão	1.252	18.742
Saldo Final	23.600	22.348

Para os processos trabalhistas, foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 2.779 (2013 - R\$3.450).

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

No quarto trimestre de 2013, ocorreu mudança de metodologia, pela qual o Conglomerado passou a contabilizar as provisões para as ações de perda provável de acordo com prognóstico dos advogados, deixando de contabilizar a partir de aplicação de percentual efetivo de perda médio para todas as causas cíveis. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	26.033	42.621
Constituição Líquida de Reversão	2.561	(16.588)
Atualização Monetária	-	-
Saldo Final	28.594	26.033

Para os processos cíveis foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 5.299 (2013 - R\$3.882).

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Banco possui os seguintes montantes de passivo contingente classificado como possível.

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Processos Trabalhistas	2.031	962
Processos Cíveis	29.079	33.813
Total	31.110	34.775

20. Patrimônio Líquido
a) Capital Social
Banco Original S.A.:

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social de R\$2.103.450 (2013 - R\$2.080.301) de domiciliados no País, sendo que o aumento de capital no montante de R\$23.150 foi homologado em 13 de Fevereiro de 2015, está assim representado:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.027.362	76.088	2.103.450	2.004.212	76.089	2.080.301
Total	2.027.362	76.088	2.103.450	2.004.212	76.089	2.080.301

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Banco Original do Agronegócio S.A.:

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social de R\$ 104.015 (2013 - R\$101.671) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2014			31/12/2013		
			Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
De Domiciliados no País	104.015	-	104.015	101.671	-	-	101.671	
Total	104.015	-	104.015	101.671	-	-	101.671	

Conforme AGE realizada em 31 de dezembro de 2014 foi aprovado o aumento de capital social da Conglomerado no valor de R\$ 23.150, mediante a capitalização do JCP e distribuição do lucro, passando a R\$2.126.600, após a homologação do BACEN em 13 de fevereiro de 2015, sem a emissão de novas ações.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN cujo montante é de (R\$ 8.179) (2013 - R\$ 504).

c) Reserva de Lucros
c.1) Reserva Legal

Em 31 de dezembro de 2014 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 1.736 (31/12/2013 - R\$ 2.302), que é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão em Estatuto Social e legislação vigente.

c.2) Reserva Estatutária

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não houve constituição de reserva estatutária.

d) JCP e Dividendos
Banco Original do Agronegócio S.A.

Em 31 de dezembro de 2014, conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas, no montante de R\$ 2.351, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$ 1.998 (2013 - R\$4.450 - líquido de imposto R\$3.782). Sendo que deste valor, o montante líquido de R\$ 1.010 (2013 - R\$3.744) será pago a J&F e o montante líquido de R\$ 10 (2013 - R\$38) será pago para o acionista minoritário, o montante de R\$ 988 foi pago em julho de 2014. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$ 940 (2013 - R\$1.701).

Banco Original S.A.

Em 31 de dezembro de 2014 conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas, no montante de R\$39.000, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$33.150 (2013 - R\$26.000 - líquido de imposto R\$22.100). Sendo que deste valor, o montante líquido de R\$10.000 (2013 - R\$10.000) será pago ao acionista, e o montante líquido de R\$23.150 (2013 - R\$12.100 - homologado pelo Bacen) foi capitalizado na Companhia, cuja capitalização foi homologada pelo BACEN em 13 de fevereiro de 2015. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$15.600 (2013 - R\$10.267).

21. Limites Operacionais

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Conglomerado Financeiro Original, os limites de capital e patrimônio estão compatíveis com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 4.193/2013 e legislação complementar.

	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio de Referência Nível I	2.037.134	2.035.360
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	2.037.134	2.035.360
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	4.410.010	2.731.814
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	3.433.237	1.994.580
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	326.921	167.806
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	649.852	569.428
Índice de Basileia III e II	46,2	74,5

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

O Conglomerado, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.bancooriginal.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Conglomerado encontra-se enquadrado no referido índice.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

22. Partes Relacionadas
a) Benefícios Pós-Emprego

O Conglomerado não possui programas de remuneração de pós-emprego para Diretoria ou Colaboradores.

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Banco Original S.A	31/12/2014				31/12/2013	
	Ações Ordinárias		Ações Preferências		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Acionistas	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Banco Original do Agronegócio S.A	31/12/2014				31/12/2013	
	Ações Ordinárias		Ações Preferências		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Acionistas	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda (J&F)	99.000.000	99%	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%	100.000.000	100%

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2014	31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Aplicações em Operações Compromissadas	93.959	51.788	8.020	7.741
Banco Original S.A. ⁽¹⁾	93.959	-	8.020	7.741
Banco Original do Agronegócio S.A	-	51.788	-	-
Cessão de Crédito sem retenção substancial de risco (Nota 9.f.1)	-	-	2.408	(9.752)
J&F Investimentos S.A.	-	-	2.408	(9.752)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	60.878	134.584	27.629	33.794
Vigor Alimentos S.A.	-	29.543	-	165
JBS S.A. (JBS)	60.878	105.041	27.629	33.784
Fundo Matone V	-	-	-	(155)
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	835	40.982	-	-
J&F Participações Ltda	835	983	-	-
Matone Promotora Ltda	-	39.999	-	-
Depósito a Vista	(127)	(410)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(16)	(14)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(29)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(4)	-	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda	(10)	(1)	-	-
Original Investimentos Imobiliários Ltda	(39)	-	-	-
J&F Participações Ltda	(24)	(79)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(5)	(13)	-	-
J&F Infraestrutura e Construção S.A.	-	(6)	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A	-	(231)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	-	(1)	-	-
Outros ⁽¹⁾	-	(36)	-	-
Depósito a Prazo	(15.278)	(11.528)	(556)	(258)
Original Negócios Agropecuários Ltda	-	(10)	(19)	-
Matone Promotora Ltda	(3.929)	(11.476)	(88)	(257)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(10.398)	-	(398)	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	(951)	-	(51)	-
Outros	-	(42)	-	(1)
Depósito Interfinanceiros	-	(51.788)	-	(77.413)
Banco Original S.A	-	(51.788)	-	(77.413)
Captação no Mercado Aberto	(93.959)	-	(8.020)	-
Banco Original do Agronegócio S.A	(93.959)	-	(8.020)	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(2.771)	(6.951)	(48)	(165)
Original Investimentos Imobiliários Ltda	(1.288)	-	(6)	-
Original Negócios Agropecuários Ltda	-	(4)	-	-
J&F Investimentos S.A.	-	(1.943)	-	(1)
ZMF Fundo de Investimento e Participações	-	(1.470)	-	(58)
Outros ⁽¹⁾	(1.483)	(3.534)	(42)	(106)
JCP a Pagar	(40.200)	(30.449)	(40.200)	(30.449)
J&F Participações Ltda	(40.188)	(30.405)	(40.188)	(30.405)
Outros	(12)	(44)	(12)	(44)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	-	(1.043)	-	178
Banco Original do Agronegócio S.A	-	(894)	-	-
J&F Participações Ltda	-	(149)	-	178
Outras Obrigações - Diversas	-	(1.003)	-	(163)
J&F Participações Ltda	-	(1.003)	-	(163)

(1) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

d) Remuneração dos Administradores

Até a data de 31 de dezembro de 2014 a remuneração dos 20 membros da administração (2013 - 20 membros) totalizaram R\$ 48.282 (2013 - R\$ 35.267).

23. Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2014	31/12/2013
Operações de Crédito	-	-	87
Serviços de Conta Corrente	-	-	4
Cobrança e Arrecadações	449	694	987
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	-	-	1.941
Tarifas e serviços bancários	11	23	-
Rendas De Garantias Prestadas	883	1.141	251
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	2.621	6.360	-
Serviço de recebimento e envio de valores	6.018	7.518	-
Outras	881	1.270	151
Total	10.863	17.006	3.421

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

24. Despesas de Pessoal

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Remuneração	(31.926)	(62.493)	(56.825)
Encargos	(10.795)	(20.258)	(18.131)
Benefícios	(3.676)	(6.935)	(7.885)
Outras	(622)	(1.083)	(90)
Total	(47.019)	(90.769)	(82.931)

25. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(9.656)	(19.118)	(28.428)
Depreciações e Amortizações	(1.152)	(2.205)	(3.742)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(2.081)	(3.844)	(4.352)
Comunicações	(542)	(1.034)	(1.554)
Processamento de Dados	(6.966)	(13.057)	(7.635)
Aluguéis	(4.350)	(8.986)	(8.330)
Transportes e Viagens	(1.765)	(3.014)	(2.871)
Serviços de Vigilância e Segurança	(337)	(362)	(47)
Manutenção e Conservação de Bens	(908)	(1.380)	(589)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(2.960)	(5.018)	(9.746)
Água, Energia e Gás	(282)	(564)	(100)
Material	(230)	(301)	(178)
Outras	(3.686)	(7.341)	(6.826)
Total	(34.915)	(66.224)	(74.398)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com comissões e bônus a correspondentes bancários.

26. Despesas Tributárias

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Despesa com Cofins	(6.058)	(12.866)	(11.000)
Despesa com ISS	(668)	(976)	(172)
Despesa com PIS/Pasep	(984)	(2.090)	(1.788)
IOF	(1)	(1)	(1.846)
Outras	(860)	(2.169)	(681)
Total	(8.571)	(18.102)	(15.487)

27. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Atualização de Depósitos Judiciais	1.005	1.013	-
Atualização de Impostos a Compensar	145	374	302
Recuperação de Encargos e Despesas	831	856	3.460
Juros de atualização	335	2.321	-
Reversão de Provisões Operacionais	7.121	4.119	7.267
Cíveis	2.676	-	-
Reversão provisão de Fiança	77	130	-
Reversão provisão reestruturação societária.	2.829	2.829	-
Reversão provisão Recursos Legais	694	694	-
Outras	845	466	7.267
Outras	-	-	2.910
Total	9.437	8.683	13.939

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

28. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Provisões Operacionais			
Trabalhistas	(1.053)	(1.251)	(1.252)
Cíveis	-	(2.561)	-
Outras	(623)	(234)	(1.356)
Indenizações Trabalhistas	(3.291)	(6.361)	(902)
Patrocínio	-	-	(135)
Processos cíveis - Banrisul	-	-	-
Outras	(1)	(1)	(492)
Total	(4.968)	(10.408)	(4.137)

29. Resultado não Operacional

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Resultado na Alienação de Investimentos	-	-	16
Lucro na Alienação de Valores e Bens	-	2	24
Ganho de Capital	-	-	487
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	(857)	-
Baixa de outros investimentos	(139)	(139)	-
Contingência ativa (Nota 19a)	1.348	1.348	-
Outras Receitas/(Despesas)	-	-	(93)
Total	1.209	354	434

30. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “Outros créditos – Diversos” e “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, respectivamente.

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP	56.865	60.901
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	634	(13.330)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(145)	9.204
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	9.762	16.059
Base de cálculo - CSLL	57.354	56.775
Base de cálculo - IRPJ	67.261	63.630
CSLL - 15%	(8.603)	(8.517)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(16.423)	(15.779)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(25.026)	(24.296)
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	(126)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(25.026)	(24.421)

31. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Conglomerado conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de capital bem como os limites de riscos são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O comitê de diretoria é a autoridade nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Conglomerado.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Conglomerado disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.bancooriginal.com.br.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006, o Conglomerado considera risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado visa a identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional atua de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elabora um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

O Conglomerado possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO – Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (COSO).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente. O processo de controle de limites e níveis de alerta devem ser revisados, no mínimo, anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites e níveis de alertas: "VaR (Value at Risk)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

O Conglomerado tem a devida preocupação com o gerenciamento e monitoramento do risco de liquidez. A importância dada pela Alta Administração a esta atividade é norteada pela Política de Risco de Liquidez que é devidamente aprovada e revisada, periodicamente, pelo comitê de Diretoria.

Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Diariamente são encaminhados para a Alta Administração do Conglomerado relatórios que quantificam este monitoramento.

As variáveis utilizadas pelo Conglomerado para a análise são: Disponibilidades, Níveis Mínimos de Liquidez (Caixa Mínimo), Concentração de Passivos e a Projeção do Fluxo de Caixa.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Conglomerado, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de *rating* do cliente.

No caso particular em que o cliente é a contraparte do Conglomerado para uma operação de derivativos a abordagem utilizada é denominada risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas ficam associadas às flutuações de mercado.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Conglomerado, de forma independente das áreas de negócio.

32. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 31 de dezembro de 2014, os avais e fianças concedidos a terceiros pelo Conglomerado mediante comissão no montante de R\$189.816 (2013 - R\$68.320), que estão sujeitas a encargos financeiros, contragarantias dadas pelos beneficiários, que temos contida provisão no montante de R\$ 1.226 baseados em critérios consistentes com a Resolução CMN nº 2.682, registrado em Outras Obrigações Diversas.

Adicionalmente temos coobrigação em cessões de créditos no montante de R\$451 (2013 - R\$1.400) apuradas pelas taxas das cessões.

b. Seguros

O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 31 de dezembro de 2014, a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$6.409 (2013 - R\$18.804) referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no exercício, atingem o montante de R\$ 370 (2013 - R\$733). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Conglomerado, as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

d. Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimo de curto prazo junto as instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (*financial covenants*). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas com a observância com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de dezembro de 2014 o Conglomerado atende todos os índices financeiros.
